

OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E AS CONQUISTAS SOCIAIS QUE IMPACTAM AS UNIVERSIDADES EM MOÇAMBIQUE

FEMINIST MOVEMENTS AND SOCIAL CONQUESTS THAT IMPACT UNIVERSITIES IN MOZAMBIQUE

LOS MOVIMIENTOS FEMINISTAS Y LAS CONQUISTAS SOCIALES QUE REPERCUTEN EN LAS UNIVERSIDADES DE MOZAMBIQUE

LES MOUVEMENTS FÉMINISTES ET LES CONQUÊTES SOCIALES QUI ONT UN IMPACT SUR LES UNIVERSITÉS AU MOZAMBIQUE

Dércia Augusto Madede

Doutora em Geografia, na área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial, pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil

derciamadedinha@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1929-9116>

Recebido em: 05/11/2023

Aceito para publicação: 02/04/2025

Resumo

O presente artigo tem como objectivo analisar a influência dos movimentos feministas no desenvolvimento da universidade moçambicana, a partir do surgimento dos primeiros movimentos até aos dias actuais, identificando as principais demandas e conquistas que impactaram a estrutura e a participação feminina no ensino superior. A pesquisa é de carácter qualitativa e foi realizada tendo como base o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental. As análises indicam que, os primeiros movimentos feministas em Moçambique, emergiram como movimentos sociais de natureza genérica, que no início lutavam contra o regime colonial, com demandas focadas para as condições de trabalho para as mulheres e mais tarde, sobre a sua integração na linha da frente no combate contra o colono. No contexto universitário, os movimentos feministas passaram a reivindicar por uma universidade segura e inclusiva, bem como pela criação de núcleos e centros de pesquisas também com a responsabilidade de desenvolver estratégias e políticas de género e contra o assédio sexual. Outrossim, é actualmente notório o aumento da participação feminina no ensino superior, embora prevaleçam disparidades em algumas áreas de conhecimento. Contrariamente, o espaço da docência continua pouco expressivo em relação a presença feminina.

Palavras Chave: Movimentos Sociais, Feminismo, Moçambique, Universidade.

Abstract

This article aims to examine the influence of feminist movements on the development of Mozambican higher education, tracing their trajectory from the emergence of the first movements to the present day. It identifies the key demands and achievements that have shaped institutional structures and women's participation in higher education. The study adopts a qualitative approach, based on a review of relevant literature and documentary analysis. Findings indicate that the early feminist movements in Mozambique emerged as broad-based social movements, initially focused on resisting the colonial regime. These movements prioritized demands related to women's working conditions and, later, their

involvement on the frontlines of the anti-colonial struggle. Within the academic context, feminist movements began advocating for a safer and more inclusive university environment, as well as for the establishment of research centers and groups tasked with developing gender policies and strategies to combat sexual harassment. Currently, there is a notable increase in female participation in higher education; however, disparities persist across certain fields of knowledge. Conversely, the representation of women in academic teaching positions remains limited.

Key words: Social movements, Feminism, Mozambique, University.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar la influencia de los movimientos feministas en el desarrollo de la educación superior en Mozambique, desde la aparición de los primeros movimientos hasta la actualidad. Se identifican las principales demandas y logros que han impactado en la estructura institucional y en la participación de las mujeres en el ámbito universitario. El estudio adopta un enfoque cualitativo, basado en la revisión bibliográfica y el análisis documental. Los resultados indican que los primeros movimientos feministas en Mozambique surgieron como movimientos sociales de carácter amplio, enfocados inicialmente en la resistencia al régimen colonial. Estas iniciativas priorizaron demandas relacionadas con las condiciones laborales de las mujeres y, posteriormente, con su participación activa en la lucha contra el colonizador. En el contexto universitario, los movimientos feministas comenzaron a reivindicar un entorno académico más seguro e inclusivo, así como la creación de centros e iniciativas de investigación orientadas al desarrollo de políticas de género y estrategias de lucha contra el acoso sexual. En la actualidad, se observa un aumento significativo de la participación femenina en la educación superior, aunque persisten desigualdades en ciertas áreas del conocimiento. Por otro lado, la representación de las mujeres en los cuerpos docentes sigue siendo limitada.

Palabras clave: Movimientos sociales, Feminismo, Mozambique, Universidad.

Résumé

Le présent article vise à analyser l'influence des mouvements féministes sur le développement de l'université mozambicaine, depuis l'émergence des premiers mouvements jusqu'à aujourd'hui, en identifiant les principales revendications et conquêtes ayant influencé la structure institutionnelle ainsi que la participation des femmes dans l'enseignement supérieur. Il s'agit d'une recherche qualitative, fondée sur une revue de la littérature et une analyse documentaire. Les résultats montrent que les premiers mouvements féministes au Mozambique sont apparus comme des mouvements sociaux à caractère général, engagés initialement dans la lutte contre le régime colonial, avec des revendications centrées sur les conditions de travail des femmes, puis sur leur intégration en première ligne dans la lutte contre le colonisateur. Dans le contexte universitaire, ces mouvements ont commencé à revendiquer une université plus sûre et inclusive, ainsi que la création de centres et de pôles de recherche chargés de l'élaboration de politiques de genre et de stratégies de lutte contre le harcèlement sexuel. On observe aujourd'hui une augmentation significative de la participation féminine dans l'enseignement supérieur, bien que des inégalités persistent dans certains domaines de connaissance. En revanche, la représentation féminine dans le corps enseignant demeure encore faible.

Mots clés : Mouvements sociaux, féminisme, Mozambique, Université.

Introdução

A história dos movimentos feministas em Moçambique confunde-se com a história dos movimentos sociais, principalmente às ligadas a luta contra o colonialismo, uma vez que, a semelhança da maioria dos países africanos, Moçambique passou por um longo processo de colonização que para por fim ao seu regime, o país passou por um período longo e doloroso de luta de libertação.

Sobre o domínio do governo português, a colonização teve para Moçambique, um impacto profundo e multifacetado, com consequências duradouras, que também afectaram as mulheres no que concerne as desigualdades no acesso e permanência nos espaços de ensino, como é o caso da universidade.

Durante o período colonial, a estrutura do sistema de educação foi concebida de forma a reproduzir e perpetuar a dominação e exploração colonial com clara distinção de raça e género, e o acesso das mulheres a estes espaços era controlado e limitado. As limitações impostas para as mulheres durante o período colonial deixaram herança para Moçambique, principalmente no concerne ao acesso e permanência no espaço da universidade devido ao acesso historicamente limitado à educação básica e secundária. A segregação e direccionamento para certas áreas de conhecimento, consideradas dentro do senso comum como “femininas” foi e continua sendo uma realidade presente no contexto da universidade.

No entanto, ainda que o contexto actual evidencie mudanças notórias, o aspecto cultural moldado por uma história complexa e por dinâmicas sociais específicas continua a impactar as escolhas femininas.

De acordo com Osório (2006), a prevalência da convicção sobre a salvaguarda cultural, atrelado ao discurso paterno, veiculam uma representação tradicional dos papéis de homem e de mulher e retiram às raparigas a responsabilidade da sua vida e o controle das decisões. Para a autora, para a maioria das famílias, embora utilizando argumentos de sinal contrários, as raparigas continuam a protagonizar uma fragilidade que não vem apenas da sua “vulnerabilidade física”, mas principalmente de uma representação das mulheres como mais controladas e disponíveis às influências externas. (Osório, 2006).

Além disso, Osório (2006), evidencia que em Moçambique a cultura desempenha um papel quase que normativo e, impõe padrões que de certa forma podem ser considerados como dispositivos legais, que têm como eixo formas de socialização familiar, fundadas nas representações, práticas explícitas e nos estatutos conferidos a cada um dos seus membros e nas hierarquias que organizam a distribuição do poder, com forte influência na formação da identidade do ser mulher.

Entretanto, foi a partir do reconhecimento do impacto das narrativas culturais dominantes que moldam a identidade da mulher de forma restritiva que, surgiram os movimentos sociais de mulheres, mesmo que no primeiro momento as suas demandas não estivessem viradas para o acesso aos espaços de educação. O surgimento dos primeiros movimentos sociais está ligado a reivindicação contra o colono, pela melhoria das condições de trabalho das mulheres e, mais tarde, ao movimento de libertação nacional para a sua integração na linha da frente no combate ao colonialismo.

Nesse sentido, o artigo tenciona analisar a influência dos movimentos feministas no desenvolvimento da universidade moçambicana, a partir do surgimento dos primeiros movimentos até aos dias actuais, identificando as principais demandas e conquistas que impactaram a estrutura e a participação feminina no ensino superior.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é de carácter qualitativa e recorreu ao levantamento bibliográfico e análise documental para compreensão da trajetória dos movimentos de mulheres em Moçambique, enquanto movimentos sociais cuja origem está intimamente ligada ao período colonial e a luta de libertação nacional.

Em termos de estrutura, o texto apresenta quatro sessões a saber: a primeira dedicada a uma compreensão sobre a história dos movimentos sociais de mulheres em Moçambique; a

segunda reservada para a apresentação do panorama sobre o feminismo em Moçambique, pontuando as conquistas e os desafios da actualidade; a terceira dedicada a compreender o papel dos movimentos feministas na construção da universidade em Moçambique; e por último, apresentar o panorama estatístico da presença feminina no espaço da universidade.

Movimentos sociais de mulheres e sua história em Moçambique

Em Moçambique, a história dos movimentos sociais de mulheres é intimamente ligada a história do país, uma vez que, o surgimento dos primeiros movimentos de reivindicação pela participação social, económica e política de mulheres, tem o seu marco no período colonial português.

Surgidos dentro de uma necessidade e desafios bastante específicos, os movimentos sociais de mulheres de Moçambique são marcados por uma trajectória e evolução próprias, cuja contribuição vai desde a formação de uma sociedade civil mais activa na luta por políticas públicas mais inclusivas, até a influência nos espaços do ensino superior. Com transformações em diversas dimensões desde a pesquisa e ensino até a alteração das estruturas de poder e, a promoção de uma cultura académica mais inclusiva e engajada, os movimentos sociais de mulheres têm sido para o espaço do ensino superior, uma força dinamizadora de debates e reflexões críticas sobre o papel da universidade.

Entendidos como um fenómeno de diversas facetas, que acompanha a história das diferentes sociedades, os movimentos sociais possuem um carácter de influência que vai para além de questões políticas produzidas por eles, uma vez que suas ações indicam mudanças de comportamentos e de regras, ditadas pelo sistema político. (Kauchakje, 2008 e Gohn, 2016).

De acordo com Kauchakje (2008), os movimentos sociais são e estão sempre associados a uma causa e/ou agenda e, na maioria das vezes senão em todas, estes movimentos surgem mediante acontecimentos que configuram ameaça a um determinado grupo social e, há neles, uma perspectiva cultural e simbólica que é fundamental para impactar a sociedade e contribuir para a transformação social.

Uma pesquisa sobre os movimentos feministas, realizada por um grupo de 12 mulheres activistas, académicas e pesquisadoras, no âmbito do projecto denominado “*Mulheres Jovens, Empoderamento e Desenvolvimento na África Subsaariana*”, esclareceu que, falar da participação feminina no período colonial deve remeter-nos a lembrança da greve de Búzi¹ em 1947, onde aponta-se que, um total de 7.000 mulheres insurgiram-se contra as condições de trabalho oferecidas para mulheres em situação de gestantes e com crianças menores de idade no processo de cultivo de algodão. Diante da situação, as mulheres em reivindicação teriam queimado sementes e demais ferramentas de trabalho, o que culminou com o reconhecimento dos direitos ora reivindicados, com enfoque para a isenção de certas formas de trabalho para mães com crianças menores de 4 anos. (Amélia, et al., 2011).

Outro dado importante sobre a história dos movimentos sociais de mulheres em Moçambique, são as acções desenvolvidas por um grupo de camponesas que buscando desprestigiar o governo colonial, juntaram-se com diversas mulheres e estudantes das zonas urbanas das

¹ O Distrito de Buzi localiza-se na região Sul da Província de Sofala e, por sua vez, a Província de Sofala encontra-se localizada na região Centro do país.

idades de Maputo e Xai- Xai² que actuavam no Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), o que desencadeou numa campanha de estímulo a outras mulheres para aliarem-se à causa da independência do país. (Amélia, et al., 2011).

Já no período da luta armada de libertação de Moçambique³, não satisfeitas com a divisão sexual de trabalho, as mulheres reivindicaram o direito de combater contra o colonialismo a semelhança dos homens (Amélia, et al., 2011; Casimiro, 2015).

Contudo, dados avançados por Amélia, et al. (2011) e Casimiro (2015) revelam que, embora a solicitação dos treinos militares por parte das mulheres aponta para o ano de 1964, somente em Outubro de 1966, dois anos depois é que o Comité Central do partido Frelimo⁴, então movimento de luta contra libertação, autorizou a sua integração para treinos militares, tendo sido integradas num primeiro momento, apenas um total de 25 mulheres, o que culminou com a criação de uma organização denominada Destacamento Feminino (DF).

As divergências que marcaram a reunião do Comité Central da Frelimo e, posterior responsabilização das mulheres a tarefas de coadjuvantes como é o caso de cuidado com os feridos de guerra, cultivo de alimentos, entre outros, mesmo após tornarem-se guerrilheiras demonstra um contexto de luta por opressores, porém, com práticas de opressão e discriminação baseada no gênero.

Foi justamente a visão da prevalência de obstáculos para as demandas femininas, que impulsionou a decisão da realização da primeira Conferência das mulheres moçambicanas, organizada pela Frelimo em 1973, em Tanzânia, com o objetivo de discutir a condição social e pensar estratégias para a emancipação da mulher. Um evento que marca uma era histórica, mesmo que, dentro de um contexto político bastante complexo e conturbado devido a guerra de libertação nacional contra o colonialismo europeu português.

Contudo, no meio aos avanços do espaço de debate sobre a condição das mulheres, um inesperado discurso do então presidente do movimento de libertação nacional, segundo o qual, era desperdício de tempo e recursos colocar no grupo de prioridades, a agenda sobre a condição social da mulher, dado que, o momento só deveria abrir espaço para o debate sobre as estratégias de libertação de Moçambique o que no seu entender era uma tarefa meramente masculina.

Portanto, o então discurso revelava mais uma vez, que, havia no seio da Frelimo, ideias de que a emancipação das mulheres deveria ser considerada tarefa secundária e algo a ser tratado após a independência e quando o país pudesse contar com uma base económica, social e educacional sólida para dar sustento ao próprio projeto de emancipação. Aliás, o discurso do líder da Frelimo indicou que havia ainda uma compreensão de que a emancipação da mulher poderia infringir alguns costumes e práticas culturais predominantes em Moçambique, fato que poderia inclusive comprometer o apoio das populações ao movimento de libertação,

² Cidade capital da Província de Gaza, região Sul do País.

³ A luta de libertação do país contra o colonialismo teve início em 1964 e foi encabeçada por um movimento denominado, Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), actualmente partido no poder e a governar o país desde a independência em 1975.

⁴ Frelimo, que significa Frente de Libertação de Moçambique, é um partido político oficialmente fundado em 1962 como movimento nacionalista, com o objectivo de lutar contra o colonialismo português. É actualmente o partido que o governa o país desde a independência em 1975.

partindo do pressuposto de que as mulheres eram e deveriam continuar cidadãs de segunda e subordinadas a uma tutela masculina. (Amélia et al., 2011)

Embora os fatos arrolados indiquem uma resistência em relação a questões de luta pelos direitos das mulheres no período de luta pela independência, de acordo com Casimiro (2014), o debate e a reafirmação de um grupo de mulheres face a necessidade de se pensar na situação da mulher independentemente do momento em que o país se encontrava, deu origem a uma nova organização de mulheres denominada Organização da Mulher Moçambicana (OMM)⁵, com um papel bastante preponderante no processo de engajamento das mulheres na luta de libertação nacional.

Já no período pós-independência, uma nova era é inaugurada com a aprovação da II Constituição da República, em Novembro de 1990, pela então Assembleia Popular, e da Lei nº 8/91⁶, sobre o direito a associação, o que impulsionou, o processo de organização de grupos de diferentes classes com interesses na agenda da promoção e protecção dos direitos da mulher. Sem necessariamente nomearem-se movimentos feministas, associado aos aspectos culturais predominantes no contexto moçambicano, vários grupos sociais de diferentes classes, uniram-se com intuito de discutirem e buscarem soluções para questões específicas, relacionadas as desigualdades sociais, cada vez mais presentes no país, o que culminou com a criação de organizações como: Associação moçambicana para a Defesa da Família- AMODEFA (1989), Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust - (WLSA) em 1989, Associação das Mulheres Empresárias e Executivas- (ACTIVA) em 1990, Associação das Mulheres de Carreira Jurídica- (AMCJ) em 1995, entre outras. Em relação ao âmbito de actuação de cada uma das organizações citadas, vale mencionar que, era bastante amplo, tendo em conta que cada uma havia sido criada dentro de algum contexto de assistência e acompanhamento a grupos específicos, associado também a direitos específicos.

O Fórum Mulher e a WLSA, foram as primeiras organizações em Moçambique a definirem-se como feministas e a colocarem-se enquanto responsáveis pela busca da transformação de princípios e práticas socioculturais e de enfrentamento das estruturas hierárquicas predominantes nas relações sociais.

O Fórum Mulher, de forma específica, foi uma das organizações que permitiu permitir integrar grande parte das organizações de mulheres até então criadas, o que garantiu maior engajamento no âmbito do fortalecimento da luta sobre os direitos das mulheres, tendo em conta a diversidade de todos os integrados. Esta entidade, actualmente com representação em todo o país, é uma das principais organizações líder nos aspectos de luta pelos direitos humanos com especial atenção para os direitos das mulheres. como exemplo disso é a sua

⁵ A OMM é uma organização nacional, implantada em todo o território nacional, e com representações nacionais, provinciais, distritais, locais. A sua criação corresponde à concepção socialista de emancipação da mulher, no quadro do paradigma da modernização, através da sua participação na Luta armada de libertação, assim como pelo seu envolvimento na produção (Casimiro, 2015). A OMM é até o presente momento uma das organizações moçambicanas de grande impacto no que concerne a participação política, porém é de carácter partidária.

⁶ Um dos aspectos inovadores da Lei nº 8/91, é a consagração no espaço nacional, do princípio da liberdade de associação e organização política dos cidadãos no quadro de um sistema multipartidário e o princípio da separação do poder legislativo, executivo e judicial e da realização de eleições livres, no âmbito duma democracia representativa, bem como a permissão para a criação e legalização de diversas organizações no país (Casimiro, 2011).

advocacia e influência para a concepção, aprovação e reestruturação de instrumentos jurídicos nacionais com vista a minimizar a desigualdade social, bem como a realização de diálogos permanentes e negociação de agendas com entidades governamentais no âmbito da protecção dos direitos específicos da mulher. Destaca-se a sua contribuição e envolvimento no processo de concepção até a aprovação de instrumentos importantes como é o caso da Lei nº23/2019 (Lei das sucessões), Lei nº 22/2019 (Lei da família), Lei nº 19/2019 (Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras), o que inaugurou uma nova dinâmica no quadro legal de defesa dos direitos da mulher em Moçambique.

Sobre a WLSA, uma organização não governamental também em exercício em 6 países ao nível da África Austral (Botswana, Lesotho, Malawi, Swazilândia, Zâmbia e Zimbábwe), surgiu enquanto entidade de incentivo e apoio a pesquisa tendo em vista a busca pela compreensão das relações sociais nos contextos onde se encontra inserida. Através da pesquisa, tem sido do interesse da WLSA, contribuir na identificação e disseminação dos contextos favoráveis, das áreas críticas e dos principais obstáculos relacionados com a perspectiva de gênero no país e, com isso, buscar estratégias de como influenciar as políticas públicas, as leis, os programas, as práticas sociais, entre outros aspectos relacionados com os direitos das mulheres em Moçambique.

Nos dias actuais, Moçambique assiste uma nova onda de movimentos sociais de mulheres, que apesar de denominações diferentes, as demandas encontram convergidas nas variadas lutas contra as desigualdades sociais das mulheres o que vai desde o acesso a educação básica e de ensino superior, cuidados de e, em saúde, paz, democracia, prevenção e combate as uniões prematuras, tráfico de mulheres, combate a pobreza feminina, entre outros aspectos. Dentre as organizações de destaque nos últimos tempos, destacam-se: o Observatório de Mulheres, o movimento Mulheres pela Paz, a associação AMPARAR, a Associação Opehnta Wattiana, o Fórum das Organizações Femininas do Niassa (FOFEN), a Associação Wiwanana Wama Viuva, a Organização Levanta-te Mulher e Siga o Seu Caminho (LeMuSiCa), a Associação Moçambicana de Mulheres e Apoio à Rapariga (Ophenta), o Núcleo das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA), a Associação das Mulheres para a Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania (AMUDHF), o Núcleo das Associações Femininas de Tete (NAFET), o Grupo de Mulheres de Partilha de Ideias de Sofala (GMPIS) e o Fórum das Associações Femininas de Inhambane (FAFI).

Feminismos em Moçambique: compreendendo o contexto atual

Construindo o feminismo em Moçambique, criamos novas formas de acção política. Em Junho de 2015, diante da notícia de um caso de estupro, protestamos deitando no chão de uma avenida muito movimentada. Esse protesto não estava autorizado, o que podia nos levar à cadeia. Nós estávamos com muita coragem e conseguimos manter a acção por quarenta minutos, trazendo visibilidade para o caso. (Nzira Deus, 2021)⁷

Falar do feminismo em Moçambique não é sinónimo de falar de movimentos de defesa dos direitos das mulheres, aliás há em alguns movimentos distanciamento sobre a palavra feminismo e a sua respectiva ideologia. O feminismo em Moçambique é uma realidade

⁷ Discurso proferido durante uma marcha alusiva ao mês da mulher, na Cidade de Maputo. Disponível em: <https://capiremov.org/analises/feminismo-em-mocambique/>.

bastante recente e em fase de construção. À semelhança das correntes feministas de outros lugares do mundo, o feminismo moçambicano tem como agenda a luta pelos direitos das mulheres num contexto de desigualdades sociais bastante acentuadas e num território marcado por sucessivos eventos de conflito militar e desastres naturais como é o caso de ciclones.

Para Casimiro (2015), pensar o feminismo moçambicano exige voltar o olhar para um país cuja voz, durante muito tempo se fez ouvir através da força das armas, pelas matanças, pelos corpos mutilados e à penúria da fome, pelo roubo, pela corrupção, onde o individualismo do projeto neoliberal na África ainda não destruiu completamente as relações individuais e coletivas de solidariedade, as quais foram guardadas e reproduzidas silenciosamente pelas mulheres, inclusive como forma de resistência às opressões.

Mediante uma conjuntura marcada por desafios, Telles (1997) ressalta que as lutas feministas que vem surgindo nestes contextos tendem a buscar o que denomina por visibilidade da cena pública, onde os sujeitos sociais comparecem à esfera pública e instauram a divergência, chamando atenção para questões que lhes dizem respeito, buscando acima de tudo espaço para possibilidades de defesa e ampliação de direitos para as mulheres e negando as políticas assistencialistas, o que encontramos no discurso de Nzira Deus durante uma marcha na Cidade de Maputo alusiva ao mês da mulher no ano de 2021.

Na ocasião, Nzira Deus (2021) afirmou que, em Moçambique, não é possível falar sobre as condições de vida em que se encontram as mulheres sem falar sobre a usurpação da terra, e que era preciso ter em conta que as mulheres têm sido usadas como instrumento de guerra no conflito da zona norte do país, que é preciso refletirmos sobre o fato de o corpo das mulheres estar numa posição de sofrimento maior no contexto do conflito, pois é sistematicamente usado, maltratado e violentado de várias formas.

Nzira Deus (2021) alerta ao fato de as mulheres estarem a ser barbaramente violentadas não apenas no contexto do conflito armado, mas também nas regiões e zonas onde elas têm sido reassentadas, faltando de forma nítida a observância dos direitos humanos com enfoque para as necessidades específicas das mulheres.

Portanto, acrescem-se aos desafios acima expostos, a prevalência das uniões prematuras, a desistência escolar principalmente em meninas, a violência doméstica e abuso infantil, algumas práticas culturais nocivas aos direitos humanos, com destaque para os ritos de iniciação, o tráfico de menores, a pobreza, entre outros, factores estes que são a bandeira actual dos movimentos sociais de mulheres, embora na sua maioria contestando a denominação de movimentos feministas.

A objeção a denominação de movimentos feministas, surge a partir do suposto desconforto que esta designação traz, uma vez que, dentro do senso comum é associada à rebeldia, instigação a desobediência e afronta aos princípios e práticas culturais. Por isso, tratar ou pensar em feminismo no contexto atual de Moçambique, é acima de tudo reconhecer que a maioria dos movimentos sociais de mulheres independentemente da sua missão e objectivos, ainda contestam a denominação de movimento feminista.

A realização da Conferência “Mundo de Mulheres”, na Cidade de Maputo, no ano de 2022, não apenas serviu para visibilizar os movimentos feministas em Moçambique, como contribuiu para auxiliar, sobretudo, no processo de ressignificação do saber local, onde o retorno a oralidade constituiu um dos pontos mais altos do evento.

Além disso, o tema escolhido para a conferência “Feminismos Africanos - construindo alternativas para as mulheres e para o mundo através de um corredor de saberes que cuida e resiste”, sugeria uma abertura a uma roda de conversa com as diferentes ancestralidades africanas, bem como com os diferentes saberes, sejam eles construídos ou não, o que trouxe para Moçambique uma nova proposta de pensar e ressignificar a construção dos movimentos feministas.

A Universidade e os Movimentos feministas em Moçambique

Tradicionalmente vista como um centro de produção e disseminação do conhecimento, a universidade tem vindo a sofrer grandes influências pelas dinâmicas e demandas dos movimentos sociais e feministas ao nível global e em Moçambique de forma especial. Compreendido como um ambiente propício a integração coletiva, a universidade é para Azevedo e Ozório (2017), um espaço provedor de encontros para o debate social entre a comunidade acadêmica e os demais movimentos de âmbito social, onde insere-se também o movimento de mulheres que tem o feminismo como pauta de luta principal.

Do ponto de vista histórico, Lisboa (2017), destaca que, as universidades foram constituídas como um espaço normativo voltado às populações da elite econômica e cultural e a definição de ciência se estabeleceu a partir de uma visão eurocêntrica, masculina, branca e heterossexual. Assim, a chegada do feminismo nas universidades representou, e representa ainda nos dias de hoje, o questionamento desses pressupostos científicos fixos e que apostam em pretensões de objetividade e universalidade das experiências humanas.

Erguida dentro de um contexto de dominação colonial, em Moçambique, a universidade nasceu marcada por uma realidade global de estruturas sexuadas. Dentro de uma ideologia colonial portuguesa, a universidade foi usada como um dos principais instrumentos de segregação social, racial e de género, onde o acesso ao ensino superior era apenas restrito e exclusivo a população branca e um número menor de assimilados.

Passada a época colonial, a estrutura da universidade revelou-se enquanto herança do poder colonial, uma vez que, a sua estrutura, composição e organização curricular não se mostravam flexíveis, pelo menos no que diz respeito a ideologia de género.

Com o surgimento dos movimentos sociais de mulheres com demandas sobre a valorização da mulher e da produção de pesquisas que promovessem ideais feministas, o acesso, permanência, contratação de professoras universitárias na mesma proporção que os professores homens, inclusão de valores e conceitos feministas nas propostas curriculares, a universidade começa a reconhecer a importância de se ressignificar enquanto espaço de produção e disseminação do conhecimento.

Em Moçambique, entre os meados da década de 1980, sob responsabilidade do Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) uma nova era é inaugurada no que diz respeito a posição da universidade em relação a agenda da mulher no espaço do ensino superior. O CEA, não apenas buscou visibilizar o campo de estudos da mulher, como também, ocupou-se de realizar investigação sobre a mulher numa perspectiva feminista e de género.

Aliás, é importante ressaltar que, a relação universidade e os movimentos feministas não tem o seu marco com a criação do CEA, ao contrário, esta entidade surgiu como resposta das reivindicações dos movimentos sociais de mulheres, que, ao questionar a estrutura da universidade, buscou influenciar para a criação de um organismo interno que pudesse ocupar-

se da recolha de evidências para sustentar as alegações sobre as desigualdades sociais entre mulheres e homens no campo do ensino superior e não só.

O CEA foi durante as décadas 1980 e 1990 um importante mecanismo de visibilização da voz feminina e, acima de tudo, um vetor de ligação universidade e os poderes legislativo e executivo, o que permitiu mudanças significativas no processo de transformação e elaboração de políticas públicas, na alteração e formulação de leis não discriminatórias em relação à mulher e na mobilização de mulheres para cursos tradicionalmente considerados masculinos. Junto do WLSA que estabeleceu-se como uma das unidades do CEA na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em meados da década de 1990, o Centro de Estudos Africanos, promoveu vários estudos sobre a condição social da mulher e dinamizou a perspectiva de intervenção no âmbito da defesa dos direitos humanos, com resultados que transcenderam o espaço da universidade. Em 2003, a WLSA tornou-se independente da Universidade Eduardo Mondlane, adquirindo personalidade jurídica e reconhecimento oficial, depois do registo como associação, de acordo com a legislação moçambicana.

Outrossim, como na sua maioria os integrantes da WLSA eram docentes universitários, permitiu e ainda continua favorecendo os movimentos feministas quanto ao alcance a universidade, apesar de prevalecerem os estereótipos de ideal femininos que limitam e barram os discursos feministas bem como os estudos de gênero e de mulheres no espaço acadêmico. As narrativas dos movimentos de mulheres no espaço da universidade e algumas pressões relacionadas com agenda política, impulsionaram a concepção e aprovação de importantes instrumentos que regem a conduta nos espaços universitários, bem como a criação e expansão de unidades de coordenação no âmbito do gênero como é o caso do Centro de Coordenação dos Assuntos do Gênero (CeCAGe) da UEM criado em 2008 e a assessoria para área de gênero da Universidade Rovuma (UniRovuma), estabelecida no ano de 2022.

A realização do 14º Congresso - Mundo de Mulheres (MM2022) na Universidade Eduardo Mondlane, que decorreu de 19 a 23 de Setembro de 2022 e que contou com a presença não somente da estrutura administrativa, docentes da universidade e movimentos de mulheres, mas principalmente dos reitores das duas universidades públicas mais antigas do país, a Universidade Pedagógica de Maputo (UP Maputo) e a UEM, reitera o reconhecimento da importância das lutas dos movimentos feministas sobre os espaços do ensino superior.

Comprometidos em fortalecer as abordagens de gênero e feministas no espaço da universidade, mesmo que talvez seja apenas um discurso político por ser aplaudido, o reitor da UEM para além de enaltecer a instituição por acolher o evento sobre o Mundo de Mulheres, reforçou o compromisso de ampliar as estratégias de pesquisa e construção de conhecimento, em matérias relativas as mulheres e da perspectiva de gênero, de modo a estabelecer mecanismos eficazes de redução de desigualdades sociais entre mulheres e homens no acesso e permanência na universidade.

Contudo, a presença de vários movimentos de mulheres, de diferentes categorias e classes sociais, para debater sobre a condição da mulher, valorizando principalmente a oralidade feminina, não somente visibilizou a importância da sincronia entre os movimentos sociais e, o espaço da universidade, como despertou nas diferentes mulheres participantes da conferência, a certeza de que, o espaço universitário não é distante da realidade de todas elas e que a reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres era um compromisso intelectual, institucional e acima de tudo social.

A Universidade sexuada: as estruturas discentes e docentes na universidade

Segundo Telles (1997), a mulher no contexto da história da educação foi sempre vista com certa contradição, por um lado marginalizada, por outro integrada como educanda e mestre. Inicialmente tratada como intelectualmente inferior, era e é sempre considerada ao mesmo tempo portadora de características essenciais para desempenhar a função de mãe e primeira educadora.

Em concordância com Telles, Leta (2003), fala do carácter masculino que o campo científico foi carregando ao longo do tempo, associado ao facto de o sistema ter se encarregado de conduzir as mulheres para o lugar de coadjuvantes, devido a restrições que lhes eram impostas no acesso a lugares importantes de debate científico e construção do saber.

De acordo com autora, é preciso lembrar que, a relação mulher e campo científico pouco se modificou com o passar do tempo, sendo limitante ao espaço doméstico e familiar, com status de esposas e/ou filhas que lhes era permitido o lugar de suporte que infelizmente por vezes limitava-se ao cuidado pelas colecções, vidros, lustres e tradução de textos. Impulsionados pelos movimentos feministas, foi somente a partir do Século XVII que a situação da mulher no campo científico começou a registar algumas melhorias o que em certa parte, também foi impulsionado, pela criação de colégios específicos para a atendimento da demanda feminina. Depois de sucessivos questionamentos e críticas feministas, sensivelmente na Segunda metade do Século XIX, as academias renderam-se a pressão de mulheres e propôs-se a quebrar os paradigmas masculinos da presença e produção académica, o que culminou com a sua abertura ao ingresso de mulheres causando uma grande repercussão sobre o princípio de que, a acção em causa representava a desestabilização do homem no campo científico. (César, 2015).

Como principal ganho, para além de que só o fato da mulher ter os mesmos direitos em relação ao homem já se configurava superior, a ampliação do campo de observação intelectual e pesquisa académica antes silenciado devido a hegemonia masculina é um dado difícil de se negligenciar, uma vez que, a universidade havia se tornado espaço onde se podia falar da prostituição, da maternidade, do aborto, da vida doméstica, e mais.

Entretanto, embora nos últimos 10 anos fale-se bastante da presença feminina na Universidade e em todos os outros espaços de produção científica, com o tal nomeado aumento substancial das mulheres, para Velho e Léon (1998), a situação é ainda desanimadora, visto que esta realidade é referente a apenas alguns campos de conhecimento. Não obstante, prevalece a sub-representação das mulheres nas carreiras científicas no seio do espaço académico, sem apontar que, a medida em que se olha para as carreiras mais elevadas da academia, mas se notabiliza a ausência feminina.

Reisberg e Watson (2010), acrescentam o facto de que, ao analisar as disparidades de género no espaço académico superior, devemos nos propor a pensar igualmente nas questões que exacerbam esse lugar da subalternidade como é o caso de classe social, cor, sexo, idade, saúde/deficiência, entre outros que a sociedade se incumbiu de estabelecer como critérios de selecção mesmo que não normativos do ponto de vista legal. Além do mais, Ribeiro e Ferreira, (2016) acrescentam a questão segundo a qual, não devemos falar e pensar nas disparidades entre os sexos como algo exclusivo da educação superior, dado que, as relações sociais orientam toda uma estrutura das diferentes formas e âmbitos de aprendizagem onde, prevalece sempre a cultura dominante que produz e reproduz o poder de um determinado grupo social.

Contudo, considerando o campo de abordagem sobre o contexto de Moçambique, pressupõe-se um enquadramento sob o viés de que a produção científica no país é marcada pela institucionalização do ensino superior, onde num primeiro momento, a instituição surge da necessidade colonial de satisfazer os seus interesses no território moçambicano associados a dominação efectiva e, no momento posterior, atreladas ao compromisso nacional da reestruturação territorial diante de uma situação económica e social bastante crítica.

Durante a época colonial numa condição de única instituição, o ensino superior configurou-se enquanto exclusivo do homem branco e colono com alguns poucos indivíduos de extractos sociais específicos como é o caso de indianos e assimilados. Excludente dentro de todas as facetas, a presença feminina não se configurou excepcional dentro do contexto colonial opressor, segregacionista e patriarcal.

Apesar da não verbalização ou mesmo regulamentação através de políticas, leis, programas e/ou estratégias mesmo após a independência, a presença feminina no espaço académico foi bastante tímida, atrelado ao discurso patriarcal que sustenta o imaginário social fruto de uma herança cultural.

No entanto, ao intencionarmos visualizar a configuração dos espaços universitários, no que concerne a composição discente e docente, nos propomos não simplesmente a expor as estatísticas destes espaços, mas sobretudo construir um espaço de diálogo sobre a sexualização da Universidade olhando para as questões históricas que configuram a educação superior em Moçambique e as relações sociais pré-estabelecidas.

Assim, ao falarmos da mulher no espaço académico superior em Moçambique é importante pontuar em primeiro lugar que, diante de um universo populacional de 27.909.798 habitantes, onde 13.348.446 são homens e 14.561.352 são mulheres, referente a 52% do total, a população estudantil do país é de 237.777, o que equivale a 8% do grupo estatisticamente com idade para frequentar uma IES. (MCTES, 2023).

Segundo o último relatório recentemente tornado público pelo MCTES (2023), apesar de notáveis avanços, a situação de Moçambique apresenta uma realidade bastante desafiante, sendo que, em relação a taxa bruta de escolarização superior o país continua com um índice bastante pequeno tendo em conta a média da África Austral e demais contextos próximos, o que é exacerbado pelos altos índices de crescimento demográfico no qual Moçambique vivencia.

Para o MCTES (2023), a taxa bruta de escolarização no ensino superior (TBE) é o indicador utilizado para mesurar o grau de acesso dos indivíduos ao subsistema de ensino superior, o que se fez através da soma da proporção os estudantes do ensino superior num período determinado dividido pelo total dos indivíduos com idade elegível para estarem a frequentar o ensino superior, onde terão sido usados diversas variáveis como por exemplo, total de matriculados, total de indivíduos com idade compreendida entre 18 e 23 anos de idade, considerando o limite inferior de ingresso de 18 uma vez que, em Moçambique a idade de ingresso na 1ª classe é de no mínimo 6 anos completados até o dia 30 de Junho.

Num cenário actual de um total de 56 IES, dentre as quais, 34 privadas e 22 públicas, dados recentes mostram que, em termos de população estudantil, Moçambique conta actualmente com um total de 59.343 novos ingressos, 237.777 matriculados e 21.845 recém-graduados.

Importa realçar que, do total dos estudantes referenciados no parágrafo acima, as instituições de ensino superior públicas, se comparado com as privadas, apresentam um número menor

de estudantes em todas as três categorias, seja no total de matriculados, seja nos novos ingressos e graduados, conforme podemos visualizar no Quadro 1 e no Gráfico 1).

Quadro 1: Total da População estudantil das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas de Moçambique (2020)

IES PÚBLICAS					
Ingressantes		Matriculados		Graduados	
H	M	H	M	H	M
15 117	11 097	77 417	58 339	6 047	4 535
Total: 26 214		Total: 135 756		Total : 10 582	

Fonte de dados: MCTES (2023)

Elaboração: Dércia Madede

Em contrapartida, as instituições de ensino superior de natureza privada, para além de serem em número maior ao nível do país, tendo em conta que são mais da metade do total, também apresentam um número maior de estudantes, tendo em conta a divisão em três classes que são novos ingressos, matriculados e graduados, conforme podemos verificar no Quadro 2 e no Gráfico 2).

Quadro 2: Total da População estudantil das IES Privadas de Moçambique (2020)

IES PRIVADAS					
Ingressantes		Matriculados		Graduados	
H	M	H	M	H	M
15 623	17 506	47 653	54 368	5 366	5 897
Total: 33 129		Total: 102 021		Total: 11 263	

Fonte de dados: MCTES (2023)

Elaboração: Dércia Madede

Olhando para os dados expostos, é possível perceber o desafio de gênero em todos os domínios, desde os novos ingressos até aos graduados, aspecto este que é presente tanto nas IES públicas, como nas IES privadas com diferenças bastante acentuadas. Entretanto, mereceu atenção no relatório do MCTES (2023), a importância de se fazer uma retrospectiva de estatísticas relacionadas com a evolução da população estudantil do ensino superior no país, de modo a permitir maior compreensão sobre o ponto de situação relativamente a questão de equilíbrio de gênero.

Uma nota importante vai ao facto de este ser o primeiro documento nacional que apresenta de forma detalhada a comparação sobre a população estudantil do ensino superior com um intervalo de tempo bastante significativo considerando tratar-se de 20 anos, o que significa de 2000 a 2020. É ainda um desafio no contexto nacional a gestão e disponibilização de informação incluindo dados estatísticos de diversas matérias, o que torna esta informação uma valiosa ferramenta que poderá permitir a construção de análises diversas e quiçá a formulação de políticas públicas baseadas em dados concretos.

Gráfico 1: População estudantil das IES Públicas em Moçambique (2023)

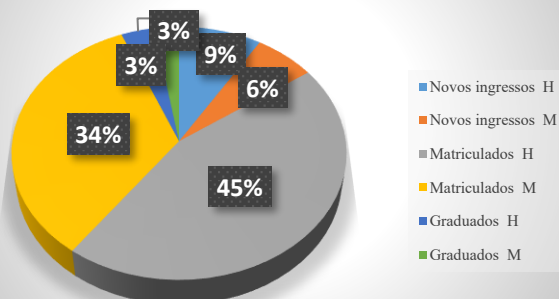
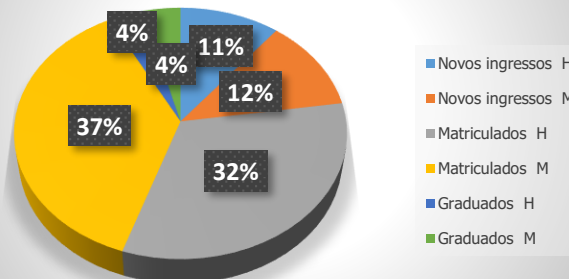


Gráfico 2: População estudantil das IES Privadas em Moçambique (2023)

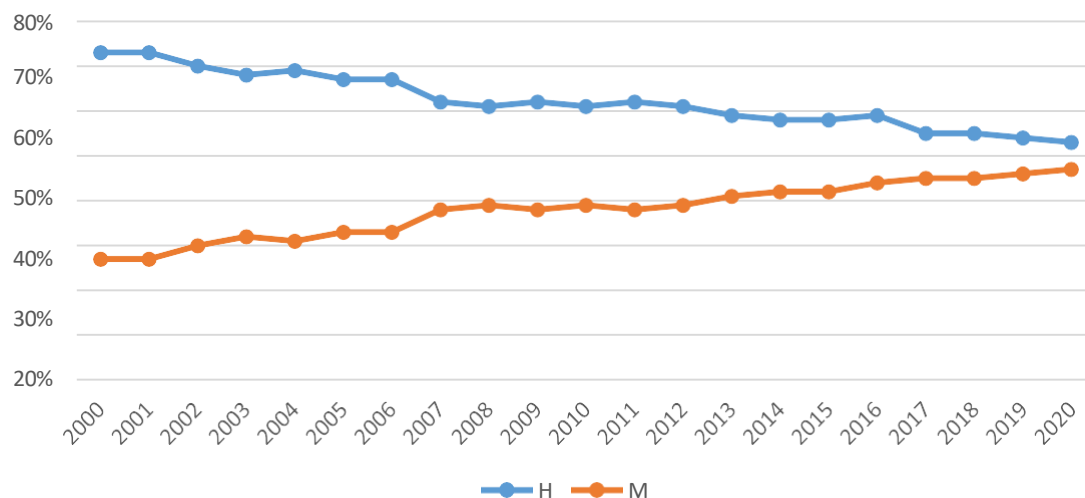


Fonte de dados: MCTES (2023)

Elaboração: Dércia Madede

Assim, segundo MCTES (2023), do total da população estudantil do ensino superior no ano 2000, apenas 27% correspondia as mulheres, uma realidade que 20 anos depois, demonstra alguma melhoria, posto que, actualmente a população feminina nas IES ao nível nacional é correspondente a 47% conforme ilustra o Gráfico 3.

Gráfico 3: Evolução da População Estudantil do ensino superior por sexo (%) em Moçambique (2000-2020)



Fonte de dados: MCTES (2023)

Elaboração: Dércia Madede

Os resultados expostos no Gráfico 3, revelam algum grau de crescimento sobre inserção da mulher no ensino superior, uma vez que, a situação numérica dos últimos 20 anos apresenta-se significativamente favorável a expressão feminina na universidade.

Todavia, mesmo com a ampliação de acesso a formação de nível superior por parte da mulher, quando abrimos o nosso alcance de análise para o outro espaço, que é a docência, nos deparamos com uma realidade de alguma forma excludente e acima de tudo bastante preocupante, na medida em que, nas IES públicas, do total de 7 757 docentes, 6 182 são do sexo

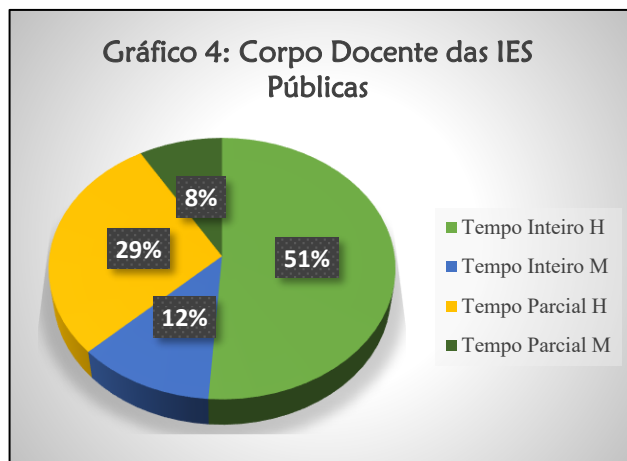
masculino, o que demonstra uma desproporcionalidade bastante elevada. (Vide Quadro 3 e o Gráfico 4)

Quadro 3: Corpo Docente das IES Públicas, distribuída por sexo em Moçambique (2020)

Corpo Docente das IES Públicas			
Tempo Inteiro		Tempo Parcial	
H	M	H	M
3965	910	2217	661
Total: 4875		Total: 2878	

Fonte de dados: MCTES (2023)

Elaboração: Dércia Madede



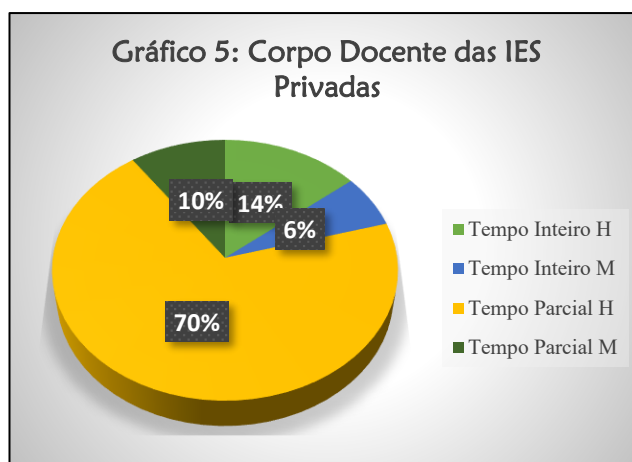
Nas IES privadas, a realidade encontrada revela algum padrão com a IES públicas, uma vez que, do total de 6 736 docentes, apenas 1 099 são mulheres, o que em termos percentuais representa apenas 16,3%, conforme podemos notar no Quadro 4 e no Gráfico 5.

Quadro 4: Corpo Docente das IES Privadas, distribuída por sexo em Moçambique (2020)

Corpo Docente das IES Privadas			
Tempo Inteiro		Tempo Parcial	
H	M	H	M
952	438	4685	661
Total: 1435		Total: 5871	

Fonte de dados: MCTES (2023)

Elaboração: Dércia Madede



Ainda que sejam escassos dados comparativos sobre a evolução da inserção da mulher no espaço docente no ensino superior, de modo a garantir melhor análise com base na comparação, os dados apresentados nos gráficos 5 e 6 mostram uma realidade susceptível a vários questionamentos sobre a apreensão da mulher no campo científico, com especial enfoque para a docência, sendo que, em relação a inserção da mesma na formação de nível superior, regista-se uma ascensão que em nenhum momento evidenciou uma situação de ruptura.

Compreendemos que, a realidade demonstrada através dos dados estatísticos indica continuidade na necessidade de construção e manutenção da desigualdade entre homens e mulheres, porém, velado nalgumas formas de significar e representar os espaços de privilégio como é o caso de IES através de divulgação de números de ingressos e matriculados.

No entanto, diante do cenário descrito neste capítulo e mediante a necessidade de buscar a complementaridade do debate a partir do entendimento das formulações curriculares específicas e das narrativas e experiências de mulheres docentes nas IES em Moçambique, nos propomos a dialogar no que capítulo que segue, com as diferentes perspectivas construídas na abordagem da pesquisa de campo, seja através da análise de documentos, seja a partir das entrevistas semi-estruturadas.

Considerações finais

Em Moçambique, os movimentos sociais de Mulheres têm vindo a desempenhar um papel preponderante na luta contra as desigualdades sociais desde o período colonial até aos dias actuais. As diversas fases e manifestações dos movimentos sociais e as suas respectivas demandas, tem propiciado para o país um espaço dinâmico e multifacetado de ressignificação das estruturas de poder.

Dentro e fora da universidade, os movimentos feministas tem desafiado as narrativas hegemónicas, expondo desigualdades e injustiças sociais, políticas e económicas a que as mulheres moçambicanas são sujeitas. As demandas que vão desde o debate sobre a pobreza, acesso aos serviços básicos e reformas legais e institucionais, tem desafiado o Estado e a sociedade a adopção de novas perspectivas.

Embora na sua maioria continuem a contestar a denominação de movimentos feministas, muitas das organizações de defesa dos direitos das mulheres apresentam um âmbito de actuação que transcende qualquer obrigação pela designação contestada.

Ao analisarmos os dados estatísticos sobre os ingressos na universidade, verificamos o facto de que, prevalece uma disparidade significativa entre homens e mulheres ingressantes em algumas áreas de conhecimento, o que pressupõe uma reflexão sobre os estereótipos de género.

Igualmente, registamos como um dos grandes desafios para as mulheres, o acesso ao espaço da docência, dado que, mesmo em áreas de conhecimento onde verificamos uma presença maior de mulheres comparativamente aos homens, embora que minúscula, a medida que avançamos para a docência, nos deparamos com uma realidade completamente divergente, o que nos remete a questão da universidade enquanto espaço de produção e reprodução de desigualdades.

Referências Bibliográficas

AMÉLIA, L.; et al; **Movimento Feminista em Moçambique**; Maputo; 2011.

AZEVEDO, Elaine Maria; OZÓRIO, Claudina Damascena. **O papel do colectivo das mulheres na formação das universitárias da PUC-Rio**. Seminário Internacional Fazendo Género 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, ISSN 2179-510X, 2017.

CASIMIRO, Isabel Maria. **Movimentos Sociais e Movimentos de Mulheres em Moçambique**. 2015. Disponível em: <https://nigs.paginas.ufsc.br/files/2017/08/I-Casimiro-Mov-Mul-e-Movs-Fems-Mo%C3%A7.pdf>. Acesso em 12/05/2021.

GOHN, Maria da Glória. **“Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil: Experiências e Desafios na Actualidade”**. Reunião Científica Regional da ANPED. Educação, movimentos sociais e políticos governamentais. UFPR-Curitiba/Paraná. 2016.

KAUCHAKJE, Samira. **solidariedade política e constituição de sujeitos: a actualidade dos movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 23, n. 3, p. 667-696. 2008.

LETA; J. As mulheres na ciência brasileira: crescimentos, contraste e um perfil de sucesso. Estudos avançados. 2003.

LISBOA, Carolina Langnor e Sousa. **Novos feminismos: perspectivas sobre o movimento estudantil feminista na Universidade Federal do Paraná**. Dissertação de Mestrado em Educação na Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2017.

OSÓRIO, Conceição. **Identidades sociais/identidades sexuais: uma análise de género**. Outras Vozes, nº 17. 2006.

REISBERG; L.; WATSON, D. **Igualdade e acesso no ensino superior**. Revista ensino superior. UNICAMP. 2010.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** São Paulo, Biblioteca Virtual da USP. (1997).

VELHO; L.; LÉON, E. **A construção social da produção científica por mulheres**. Cadernos Pagu. 1998. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/Ocober2020/Pagu/1998\(10\)Velho-Leon.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/Ocober2020/Pagu/1998(10)Velho-Leon.pdf). Acesso em: Maio de 2023.